

## Aprofundando a inserção internacional da economia brasileira -2016 a 2018

**Marcello Estevão<sup>1</sup>**

Desde maio de 2016, a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF) contribuiu para maior inserção global da economia brasileira, com foco no relacionamento com organismos internacionais, política comercial e arcabouço doméstico para apoio oficial à exportação.

O destaque na relação com organismos internacionais foi a contribuição do Ministério ao aprofundamento da atuação brasileira na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foro com mandato de discussão internacional e consolidação de melhores práticas de políticas públicas.

A ação da Fazenda resultou na apresentação, em maio de 2017, de pedido do Governo brasileiro para ingresso como membro pleno da OCDE. Também resultou em ampliação significativa da adesão brasileira aos seus instrumentos legais, na medida em que o país já aderiu a 56 instrumentos e pediu adesão a outros 79, o que qualifica o Brasil como o país não membro com o grau mais acentuado de adesão às suas normas e padrões. Destaca-se o processo de adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização dos Movimentos de Capitais e de Operações Correntes Intangíveis, instrumentos centrais no arcabouço normativo da OCDE, o qual foi iniciado em 2017 e tem previsão de conclusão em 2019. Todas estas iniciativas contaram com contribuições fundamentais do Banco Central do Brasil, Casa Civil, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e diversos outros órgãos do poder executivo.

O Ministério também apoiou o fortalecimento da cooperação financeira no âmbito do BRICS, para a ampliação de parcerias em prol do desenvolvimento nacional.

Destacam-se iniciativas para o início efetivo das operações do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), integrado pelos cinco membros do BRICS. Os esforços do Ministério contribuíram para resultados em duas vertentes: a aprovação desde 2017 de quatro projetos financiados pelo NDB no Brasil, correspondendo a carteira equivalente a US\$ 621 milhões, e a assinatura, em julho de 2018, de Acordo de Sede para estabelecimento do Escritório Regional das Américas, o qual será aberto em São Paulo e contará com representação em Brasília. As duas vertentes se relacionam na medida em que a abertura do Escritório Regional, em 2019, contribuirá para a identificação de projetos e a ampliação da carteira do NDB com os setores público e privado no Brasil. A gerência do NDB agora espera que o portfólio de projetos do Banco com o Brasil chegue a perto de US\$ 2 bilhões até o final de 2019.

O início da presidência brasileira do BRICS, em 2019, será oportunidade para avanços em tópicos que têm contado com o apoio do Governo brasileiro, a exemplo da expansão do NDB para novos membros, fortalecimento da cooperação em infraestrutura e constituição de mecanismo financeiro para auxiliar o desenvolvimento de mercados locais de dívida corporativa ('BRICS Bond Fund').

O Ministério da Fazenda também atuou em prol do fortalecimento das instituições financeiras internacionais do sistema 'Bretton Woods'.

No âmbito do FMI, a atuação brasileira buscou reforçar a contribuição do Fundo à rede de segurança financeira internacional, em cenário de aperto das condições financeiras globais e acirramento de tensões comerciais. Nesse contexto, o Governo brasileiro tem apoiado a conclusão tempestiva da 15ª Revisão de Quotas e Poder de Voto do FMI, processo importante tanto para a ampliação dos recursos à disposição do Fundo, em prol de seu mandato de prevenção e resolução de crises de balanço de pagamentos, como para sua atualização institucional à luz do dinamismo de determinadas economias, com destaque para as emergentes.

A atuação do Ministério da Fazenda também reforçou o apoio do Banco Mundial ao crescimento da economia brasileira, centrado no financiamento de projetos do setor público e na alavancagem de recursos provenientes do setor privado. O diálogo com o Banco Mundial resultou, ademais, em parceria no exame de tópicos centrais da agenda econômica doméstica, ancorada na expertise do Banco e refletida em relatórios sobre temas como produtividade, mercado de trabalho, política fiscal, gestão de recursos hídricos, reforma do Sistema Único de Saúde e infraestrutura no Brasil.

Nos últimos anos, o Ministério da Fazenda apoiou a atuação brasileira no G20, principal foro de cooperação econômica internacional entre seus membros. Além de contribuir para as diferentes atividades realizadas no canal de finanças do Grupo, a Secretaria de Assuntos Internacionais presidiu em 2018 (juntamente com a Austrália) o Grupo de Trabalho sobre Infraestrutura do G20. Amparado no objetivo de atração de capital privado para o financiamento da infraestrutura, por meio da criação de classe de ativos, esse trabalho promoveu avanços na discussão de diferentes tópicos: atuação de bancos multilaterais no oferecimento de garantias; implementação de requisitos mínimos para a preparação de projetos (em bancos multilaterais e instituições locais); padronização de cláusulas contratuais e financeiras para mitigação de riscos e incerteza jurídica; e construção de base de dados global de infra-estrutura. Trouxemos este debate internacional para diversos foros nacionais na busca de um maior dinamismo da participação do setor privado no investimento em infra-estrutura no Brasil.

Também houve avanço no arcabouço para apoio oficial à exportação, à luz do papel da SAIN/MF na gestão do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e da recuperação de créditos decorrentes de financiamento direto (FINEX/PROEX).

Destaca-se a adesão do Brasil, em novembro de 2016, ao Clube de Paris, principal foro internacional de coordenação de credores oficiais. Trata-se de passo que

contribuiu para a atuação brasileira na busca de soluções coordenadas e sustentáveis para o recebimento de dívidas incorridas por nações estrangeiras, em cenário de consolidação

do Brasil como credor junto a diferentes governos. Em paralelo, promoveu-se o aperfeiçoamento na governança do SCE/FGE, com o lançamento, em 2017, de programa de integridade e *compliance* para coibir atos de corrupção, “lavagem” ou ocultação de valores e o financiamento do terrorismo nas operações garantidas.

Sublinham-se, ainda, os esforços do Ministério da Fazenda em prol de maior **abertura comercial**, à luz da caracterização do Brasil como uma das economias mais fechadas ao comércio internacional, e dos impactos negativos dessa realidade sobre custos e indicadores de produtividade e competitividade na economia brasileira.

Desde 2016, a atuação da SAIN no processo decisório de política comercial tem sido norteadada pelo objetivo de reduzir o chamado Custo Brasil por meio da redução de tarifas de importação e da suspensão ou não-aplicação de medidas *antidumping* e compensatórias. No plano tarifário, a Secretaria apresentou propostas para redução gradual de tarifas setoriais, com impactos potenciais significativos sobre o crescimento econômico. Ao coordenar as análises do Governo brasileiro relativas à redução temporária de tarifas de importação, em cenários de choques de oferta ou demanda, a SAIN analisou e apresentou 159 pleitos de redução tarifária, à Camex e ao Mercosul, que resultaram em diminuição de tarifas e em economia direta aos importadores estimada em US\$ 470 milhões. No plano de medidas *antidumping* e compensatórias, coordenou análises de interesse público que buscaram evitar a adoção dessas medidas em cenários caracterizados por custos (para a economia brasileira) superiores aos ganhos auferidos pelos setores beneficiados. Como exemplo, estima-se que a suspensão dos gravames sobre o produto “laminados planos a quente”, em 2017, impediu impacto negativo líquido anual sobre a economia brasileira da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

O conjunto de iniciativas implementadas desde 2016 refletiu a contribuição de maior inserção internacional da economia brasileira ao objetivo doméstico de crescimento econômico com estabilidade, lastreado em avanços nos planos da produtividade e da eficiência de políticas públicas. O período registrou progresso significativo, o qual também oferece oportunidades de seguimento e aprofundamento à administração que terá início em 2019.

Os desafios futuros são os mesmos que enfrentamos nestes últimos dois anos e meio: promover uma maior integração da economia brasileira aos fluxos internacionais de comércio e investimento, aprofundar a nossa influência em organismos internacionais (para que tenhamos mais voz na formulação de regras internacionais que acabam afetando a nossa economia e sociedade) e apoiar o setor privado na busca por novos mercados para produtos e serviços brasileiros. Esta é a estratégia certa para que nossa economia cresça mais rapidamente e para que o nível de bem-estar social passe para patamares muito mais elevados.